



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

Vereador Wilsinho da Tabu

REQUERIMENTO 3010/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, ao prefeito Fuad Noman pedido de informação sobre as **medidas tomadas diante da notificação recebida da 1ª Delegacia de Polícia Civil/Venda Nova (anexa) referente a atuação da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte frente à "[...] proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município [...]".**

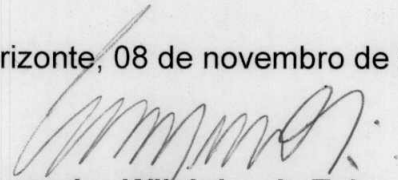
Os questionamentos a serem abordados são os seguintes:

1. Quais as medidas tomadas para solucionar os problemas de segurança nas unidades de saúde de Belo Horizonte?
2. Quais as ações tomadas pela prefeitura no intuito de dar proteção aos servidores públicos nas unidades de saúde de Belo Horizonte?
3. Qual a política a ser adotada para o apoio psicológico aos servidores que sofreram algum tipo de agressão nas unidades de saúde?
4. Qual o planejamento foi estabelecido junto a Guarda Civil Municipal para atendimento as unidades de saúde?
5. Existe efetivo suficiente na Guarda Civil Municipal para atender a proteção de todas as unidades públicas de saúde?

Diante da relevância dos fatos relacionados no ofício anexo, é de suma importância obter as informações solicitadas para uma análise adequada da situação e posterior ação para resolver a situação apontada.

Certo de vosso acolhimento, reitero os mais elevados votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2023.


Vereador Wilsinho da Tabu
Partido Progressistas

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública

**1ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/VENDA NOVA**

AV VILARINHO, 1551 - VENDA NOVA - BELO HORIZONTE

Nº PCnet: 2023-024-000265-001-014564687-10**Nº FATO/REDS: 2023-051818748-001**

OF.PCMG.nº S/n

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2023.

Assunto: Solicita atuação da Guarda Civil Municipal

Senhor Presidente,

Pelo presente, considerando o contido no despacho anexo extraído dos autos do IP/PCNET 14564687, que cuida de investigar a prática, em tese, do crime de homicídio tentado e ao menos outras três lesões corporais, **SOLICITO** de Sua Senhoria que fiscalize e cobre a atuação da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte no sentido de cumprir com sua missão Constitucional e legal, quais sejam "[...]proteção de bens, serviços e logradouros públicos municipais e instalações do Município[...]" devendo "[...]prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais[...]" (sic; § 8º, do art. 144 da CF/88, c/c arts. 4º e 5º da Lei federal nº 13022/14), especificamente visando atuar na prevenção de ilícitos e desordens verificadas nos equipamentos municipais de saúde, mais precisamente os centros de saúde de Belo Horizonte.

Atenciosamente,,

GABRIEL CIRIACO FONSECA
DELEGADO DE POLICIA
Masp: m1330291

À Sua Senhoria o Senhor
WILSINHO DA TABU
Presidente da Comissão de Administração Pública
Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG
Av. dos Andradas, 3.100
Santa Efigênia
Belo Horizonte - MG
CEP: 30260-900

**POLÍCIA
CIVIL**
MINAS GERAIS

1ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/VENDA NOVA

AV VILARINHO, 1551 - VENDA NOVA - BELO HORIZONTE

Nº PCnet: 2023-024-000265-001-014564687-10

Nº FATO/REDS: 2023-051818748-001

**1ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/VENDA NOVA**

AV VILARINHO, 1551 - VENDA NOVA - BELO HORIZONTE

Nº PCnet: 2023-024-000265-001-014564687-10**Nº FATO/REDS: 2023-051818748-001****DESPACHO**

Considerando a instauração do presente IP que visa apurar condutas graves ocorridas no centro de saúde Santa Amélia;

Considerando que são diversos os casos que este subscritor tem atuado de desordens criminosas ocorridas no interior de equipamentos de saúde municipais, tais como centros de saúde;

Considerando que além desses, basta uma rápida pesquisa na internet para verificar diversas outras notícias de desordens criminosas ocorridas em equipamentos municipais de saúde, tais como centros de saúde, corriqueiramente, desde ameaças, passando por danos ao patrimônio público, lesões corporais e, até mesmo, como no caso destes autos, em que vislumbramos a tentativa de homicídio por dolo eventual;

Considerando que a missão Constitucional da Guarda Municipal é a proteção de bens, serviços e instalações do município;

Considerando que a Lei Federal nº 13022/14 estabelece, em seus arts. 4º e 5º que compete às Guardas Municipais a "[...]proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município[...] devendo "[...]prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais[...] (sic).

Considerando que o STJ, por diversas vezes, já definiu que não cabe às Guardas Municipais realizar atividades típicas de polícia preventiva;

DETERMINO a expedição de ofício ao Comandante Geral da Guarda Municipal de Belo Horizonte, Secretário de Segurança Municipal e Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte no sentido de solicitar que a Guarda Municipal de Belo Horizonte cumpra com seu dever Constitucional de proteger os bens, serviços e instalações municipais, bem assim, prevenir e inibir, pela presença e vigilância, as infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens serviços e instalações municipais, especificamente nos Centros de Saúde municipais desta cidade de Belo Horizonte.



1ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/VENDA NOVA

AV VILARINHO, 1551 - VENDA NOVA - BELO HORIZONTE

fl.

Nº PCnet: 2023-024-000265-001-014564687-10

Nº FATO/REDS: 2023-051818748-001

Ainda, deverá juntar em cada ofício cópia desse despacho.

CUMPRA-SE.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2023.

GABRIEL CIRIACO FONSECA

DELEGADO DE POLÍCIA

Masp: m1330291

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
3011/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre o imóvel localizado na avenida Prudente de Moraes, número 1641, no bairro Santo Antônio (antigo prédio do DNIT).

Recebi em meu gabinete a informação de que a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) irá adquirir o referido imóvel. Sendo assim, faço os seguintes questionamentos:

- 1 - Qual é a intenção da PBH na compra do imóvel?
- 2 - Há a possibilidade de cessão ou doação do imóvel pelo DNIT à PBH?
- 3 - Se adquirido pelo Município de Belo Horizonte, qual destinação a Prefeitura pretende dar ao local?
- 4 - Qual é o valor estimado do imóvel?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.08 15:26:04 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

NOVO

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão da Administração Pública

VEREADORA BH
FERNANDA
Pereira**ALTOÉ**

GABINETE DA VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
Av. dos Andradas, 3.100 - Santa Efigênia - Gabinete B-212 • Belo Horizonte - MG - CEP: 30260-900
Whatsapp: (31) 9 9927-8396 • Telefone: (31) 3555-1159 / 1160
Email: ver.fernandapereira@cmbh.mg.gov.br

Proposição Inicial
Avisos distribuídos em:
09 / 11 / 23
Responsável pela distribuição

CÂMARA MUNICIPAL
A VOZ DA CIDADANIA **BH**

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 08/11/23
HORA: 15:28

511 6835

Requerimento de Comissão

3012/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre a obra (fotos em anexo) localizada na Av. Nossa Sra. do Carmo com a Rua Panamá, até o entorno da Praça Miguel Chiquilloff, no bairro Sion.

Recebi em meu gabinete informações de moradores locais de que a referida obra se encontra atrasada, já tendo ultrapassado o prazo previsto para o seu término. Segundo informações contidas na placa da Prefeitura de Belo Horizonte, as obras teriam duração de 180 dias, com início em 07 de março 2023, e término previsto para 2 de setembro de 2023.

Sendo assim, faço os seguintes questionamentos:

1. Levando em consideração que o prazo previsto para a realização da obra não foi cumprido, quais são os motivos do atraso?
2. Atualmente, em qual etapa se encontra o projeto?
3. Qual é o cronograma atualizado da obra e qual o novo prazo previsto para a sua conclusão?
4. Quem está responsável pela realização da obra? Houve processo licitatório? Em caso afirmativo, favor enviar cópia do processo licitatório, do contrato e de toda a documentação correlata.
5. Qual é a empresa responsável pela obra? Foi aplicada alguma penalidade em decorrência do atraso para a sua finalização?

6. Qual o valor inicial previsto para a execução da obra?
7. Qual o valor total gasto com a obra?
8. A obra está sendo executada apenas pela Prefeitura ou há o envolvimento de outros órgãos públicos na execução do serviço?
9. A legislação local permite a realização da obra aos finais de semana e feriados?
10. Quais os horários permitidos e quais as restrições de horário para realização da obra?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

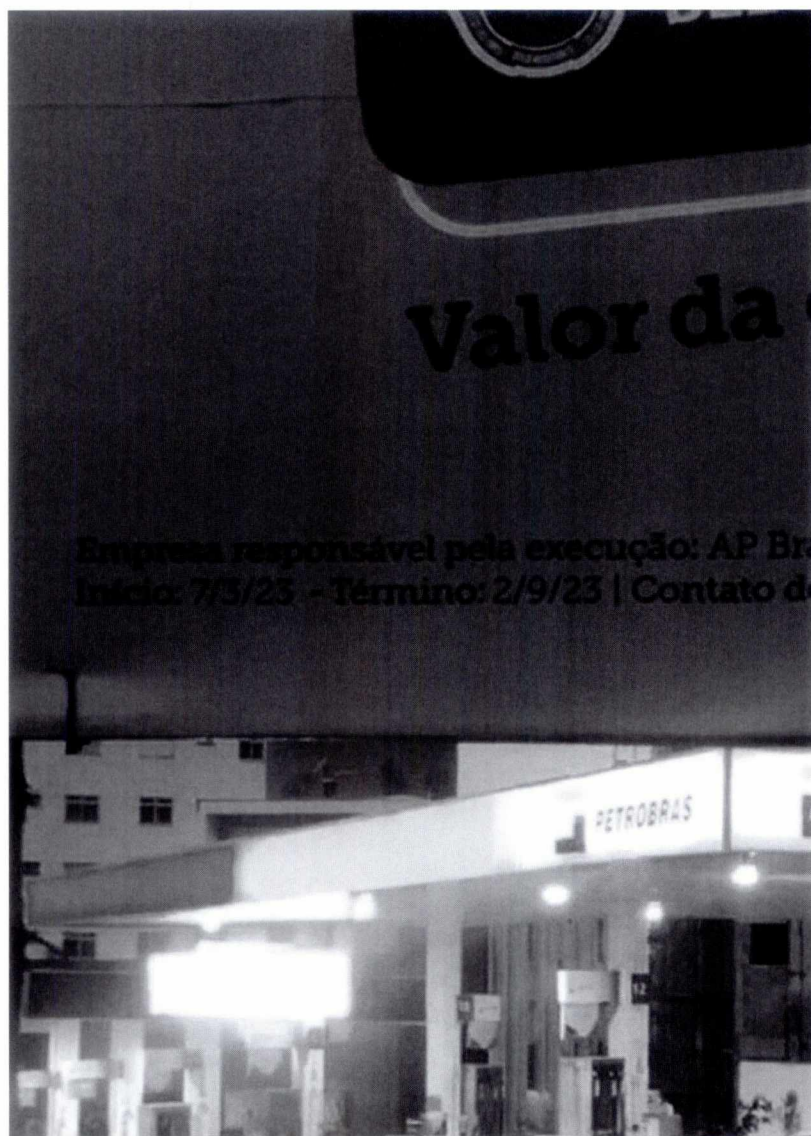
Belo Horizonte, 08 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

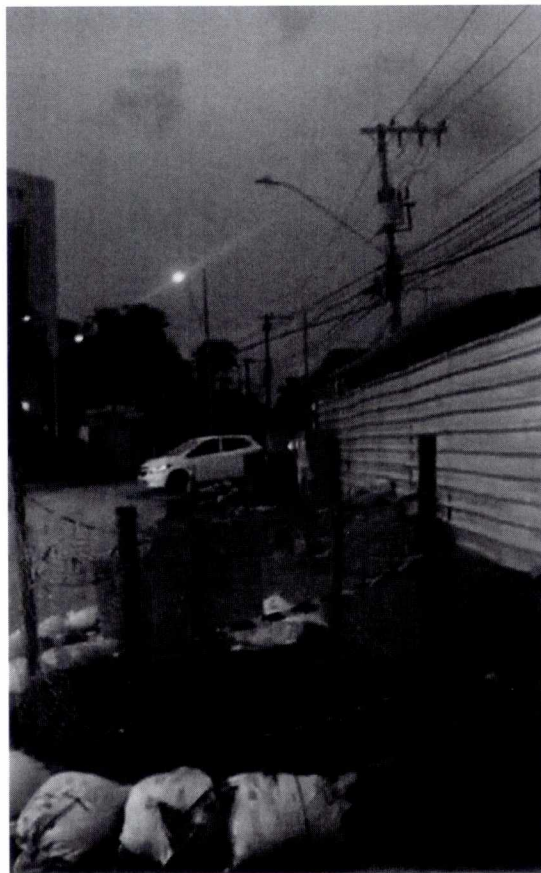
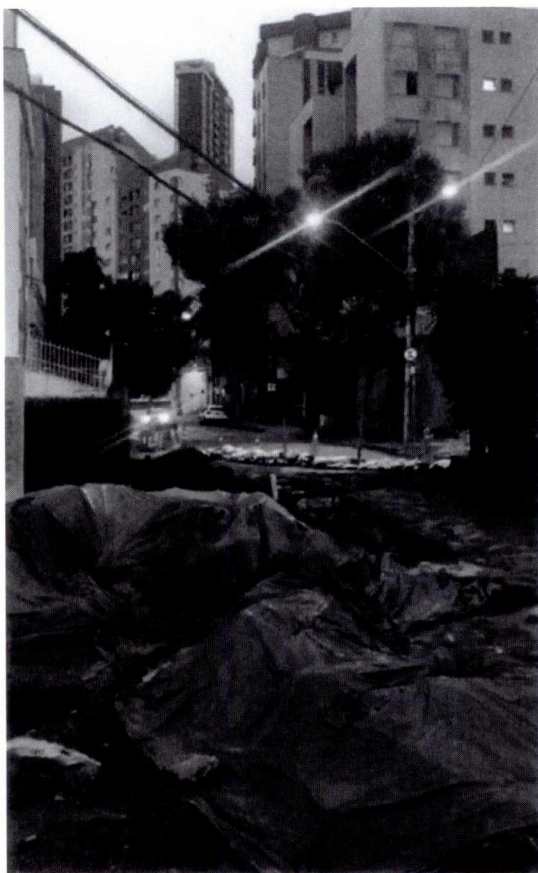
Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.11.08 15:24:01 -03'00'

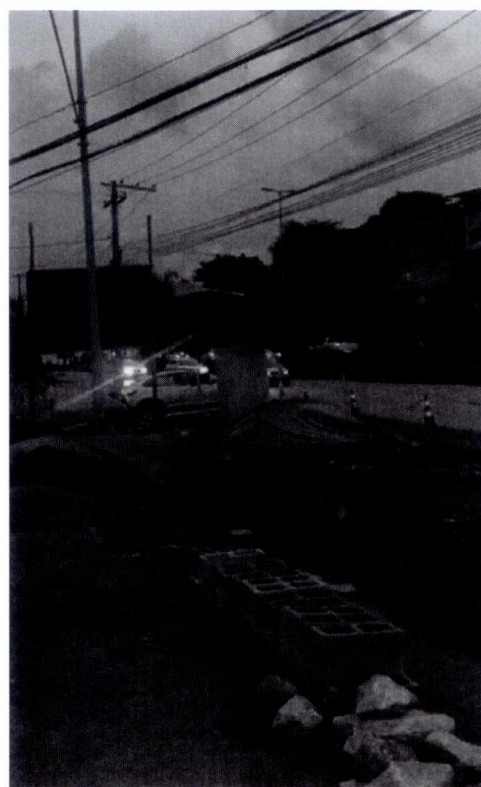
Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão da Administração Pública

ANEXO











CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO
3014/2023

Senhor presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, um pedido de informação sobre o seguinte o ponto:

Venho recebendo indagações sobre a segurança em nossa cidade, como na região Venda Nova, especificamente no bairro Céu Azul. A Lei Nº 11.575, sancionada no dia 17 de agosto de 2023, dispõe em seu texto que o Executivo manterá, por meio da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, patrulhamento preventivo com a finalidade de garantir a proteção e a segurança dos bens e dos serviços públicos do Município.

Destarte, gostaria de me inteirar mais sobre como é feito o processo de patrulhamento preventivo nas ruas da capital, a fim de repassar e reforçar, quando for preciso, informações corretas a nossa população.

Belo Horizonte, 08 de Novembro de 2023.

**ALVARO DAMIAO
VIEIRA DA
PAZ:67336361668**

Assinado de forma digital por ALVARO
DAMIAO VIEIRA DA PAZ:67336361668
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=20828519000170,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=ALVARO DAMIAO VIEIRA DA
PAZ:67336361668
Dados: 2023.11.08 15:42:34 -03'00'

Vereador Álvaro Damião

Excelentíssimo Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão Administração Pública.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

10 / 11 / 2023

139

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 08/11/23

HORA: 15:46

511 6842



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

3015/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Castellar Modesto Guimarães Neto - Secretaria Municipal de Governo e ao André Abreu Reis - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão o pedido de informação sobre o cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental nos seguintes termos:

1 – Quantos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental estão atualmente na ativa? Esclarecer, por gentileza, quantos desses fiscais da ativa são celetistas, oriundos da SLU, e quantos são estatutários?

2 – Sabendo o número de ativos (resposta anterior) e o número total de vagas para o cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental, que é de 364 vagas totais, indaga-se: existe intuito para nomeação de todos os cargos que estão “em aberto”?

3 – Em recente consulta, a ouvidoria da PBH informou que há o quantitativo de 169 cargos vagos. Nesse contexto, pedimos que se esclareça: esses cargos vagos incluem aqueles postos de trabalho que estão, na verdade, ocupados por profissionais celetistas oriundos da SLU? Sobre esse ponto, é importante lembrar que os servidores oriundos da SLU (celetistas), em razão da integração e criação do “Fiscal Integrado”, por vezes são desconsiderados na contagem porque não são “servidores estatutários”. Isso pode levar a “falsa percepção” de que haveriam mais vagas, as quais, embora “virtualmente vagas”, no “mundo real” estão ocupadas por servidores celetistas?

4 – Quantos servidores no cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental (celetistas oriundos da SLU e estatutários) já completaram os requisitos necessários para requerer o pedido de aposentadoria?

5 – Além das pessoas listadas na pergunta anterior, quais serão os servidores (celetistas oriundos da SLU e estatutários) que, nos próximos 4 anos (prazo de vigência do concurso), completarão os requisitos para se aposentarem?

6 – Quantos dos servidores listados no item 4 e 5 deverão ser aposentar compulsoriamente?

7 – Considerando que existem servidores em atividade que são oriundos da SLU e, portanto, tem a natureza contratual como “celetistas” indaga-se: há algum aposentado que ainda se encontra na ativa?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 09/11/2023
HORA: 17:13
516860

8 – Diante do fato de que boa parte dos servidores já está há mais de 20 anos no cargo, o intuito é convocar novos servidores para preencher as vagas deixadas pelos servidores que se aposentaram e se aposentarão ao longo dos próximos 4 anos?

9 – Qual o cronograma de nomeação? Existe previsão de nomeação de algum quantitativo logo após à homologação do resultado final do concurso?

10 – Há algum empecilho legal que impossibilite as nomeações dos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental em 2024 por ser um ano de eleições?

O cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental da Prefeitura de Belo Horizonte tem como uma de suas atribuições a fiscalização de obras em andamento no município. A relevância do cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental também se verifica na segurança e no bem-estar da população de Belo Horizonte, está em conformidade com a Lei 10.308/2011.

É de conhecimento público que, até junho de 2022, havia 600 (seiscentas) vagas destinadas ao cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental (conforme art. 2º da Lei 10.308/2011). No ano de 2022, por meio da Lei 11.373 (art. 143), foram extintas 236 vagas para o cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental. Destaque-se, inclusive, que à época da extinção de tais cargos, não havia concursos para o cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental há mais de 20 anos.

É importante que se tenha em vista, também, que há uma desproporcionalidade entre o número de habitantes de Belo Horizonte (2,722 milhões) e o número de Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental da PBH (364 no total, sendo apenas 195 em atividade).

Esclareça-se que, atualmente, existe 1 Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental em atividade para cada 13.959 habitantes belo-horizontinos. Sabemos que, mesmo com a nomeação dos 169 cargos “em aberto” (caso de uma lotação total das vagas), haveria uma proporção de 7.478 habitantes para cada Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental. Sem mencionar que há um acúmulo de matérias por parte dos fiscais em Belo-Horizonte, haja vista que eles são responsáveis por fiscalizar Posturas, Obras, Meio-Ambiente, Limpeza urbana, além de outros aspectos urbanísticos.

A título de comparação, vejamos outras cidades brasileiras: (a) Brasília/DF, com população de 2,817 milhões, possui um fiscal para cada 4.268 habitantes; (b) Porto Alegre/RS, com 1,332 milhões de habitantes, possui um fiscal para cada 3.806 porto-alegrenses; (c) Florianópolis/SC (508 mil habitantes) possui um fiscal para cada 3.878

habitantes; (d) Curitiba/PR, com uma população estimada de 1.948 milhões de pessoas, tem um fiscal para cada 4.319 cidadãos.

É imprescindível destacar que nenhuma das cidades mencionadas tem a fiscalização integrada (Fiscal de Posturas, Fiscal de obras, Fiscal Ambiental, Fiscal Urbanístico, Fiscal de Limpeza urbana em um mesmo cargo) como ocorre em Belo Horizonte. Esse fato evidencia que há uma sobrecarga de trabalho desarrazoada quando em comparação com outras cidades brasileiras.

Em Belo Horizonte, tiveram alguns acidentes que possivelmente poderiam ter sido evitados se houvesse profissionais de Controle Urbanístico e Ambiental para fiscalizar não apenas repressivamente, mas também de forma preventiva. Senão vejamos alguns exemplos:

- Em 17 de outubro de 2023, aconteceu um grave acidente em uma obra no bairro Belvedere, a qual é destinada a um supermercado da marca Verdemar, o acidente vitimou quatro funcionários em decorrência de um deslizamento na obra. Após o desastre, a obra foi embargada por riscos de novos deslizamentos de terra;
- Em setembro de 2022, um prédio de 5 andares desabou completamente no bairro Planalto, região norte de Belo Horizonte, deixando uma pessoa morta, além de três feridos;
- Em setembro de 2023, uma famosa lanchonete (Rei do Pastel), localizada no coração de Belo Horizonte, pegou fogo, sendo verificado, posteriormente ao incidente, que o citado empreendimento operava sem licenciamento do Corpo de Bombeiros (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros);
- Na última década existiram vários episódios de elevadores que despencaram por algum tipo de falha, incluindo um acontecimento no Hospital LifeCenter no ano de 2019; Situações que poderiam ser evitadas caso a atuação dos fiscais impedisse a utilização dos maquinários em desconformidade ou sem manutenções preventivas. Estudos de 2012 apontaram que apenas 27%, dos mais de 11 mil elevadores em Belo Horizonte/MG, estavam com as suas vistorias em dia. Destaque-se, além disso, que, outro recente estudo, foi apontado pela ABEMEC (Associação de Engenharia Mecânica e Industrial) que o número de acidentes envolvendo elevadores em Belo Horizonte/MG é alto.
- Segundo informações do CREA-MG, Belo Horizonte/MG é a líder em denúncias sobre obras irregulares no estado de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, foram feitas 831 denúncias de obras irregulares de janeiro a setembro de 2023, uma média de três por dia, junto ao CREA-MG. A prefeitura de Belo Horizonte realizou 3.314 vistorias de janeiro a outubro deste ano, com emissão de 2.909 autuações, 326 autos de embargo, 132 autos de fiscalização, 733 autos de infração e 1.718 autos de notificação. O que evidencia uma enorme área de

atuação dos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental num segmento que interfere na vida e na segurança de milhares de belo-horizontinos, principalmente quando se trata de construções em encostas e áreas de risco.

É ainda importante destacar que os fiscais, mesmo com o pouco quantitativo que possuem, ainda são de suma importância para a cidade. Como a interdição realizada pelos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental de uma mineração irregular na Serra do Taquaril (área tombada da Serra do Curral), em maio de 2022. Foi, inclusive, em razão do profissionalismo dos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental que o Ministério Público de Minas Gerais teve subsídios fáticos para ajuizar ação cobrando indenização no montante de 20 milhões de reais em desfavor da Mineradora Gute Shict Ltda. e do próprio Governo de Minas.

Compreendemos, assim, que os Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental geram receitas ao Poder Público por meio de suas fiscalizações (vide exemplo da mineradora anteriormente citado). Os fiscais também propiciam arrecadação junto à Prefeitura. Como exemplo, vejamos o que trouxe o “Boletim da SMPU” (edição de outubro de 2023: *“Arrecadação: de janeiro a agosto de 2023, foram arrecadados R\$72.194.971,10 por meio da regularização de edificações à luz da Lei 9.074/2005”*).

Os fiscais também geram receitas a outros órgãos, como no já citado exemplo do incêndio do estabelecimento Rei do Pastel, o qual, se tivesse sido fiscalizado em tempo e modo adequados, geraria, no mínimo, uma taxa junto ao corpo de bombeiros.

Além disso, também são responsáveis por ações de conscientização e educativas relacionados ao meio ambiente, manejo de resíduos sólidos, resíduos hospitalares, reciclagem de materiais, adequação de vias públicas e melhoramento em geral da vida do belo-horizontino.

Ações de conscientização também implicam redução nos gastos públicos, figurando, portanto, como um tipo de “receita inversa” (vide por exemplo as ações que conscientizam o manejo correto de resíduos sólidos ou as ações que conscientizam a população sobre os riscos de incêndios e necessidade de uma adequada proteção ambiental).

Sem mencionar que eles são os operadores de uma espécie de “poder de polícia” voltados ao Código de Posturas Municipal e às leis belo-horizontinas produzidas por esta respeitada Casa Legislativa.

Importante ponderar, por fim, que os Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental foram um dos poucos cargos públicos, assim como médicos e enfermeiros, que trabalharam com grande parte de seu efetivo em meio a pandemia, colocando em risco a vida dos citados funcionários públicos em prol da coletividade belo-horizontina. A atuação, inclusive, gerou elogios públicos por parte do prefeito à época (Sr. Alexandre Kalil).

Por todos esses motivos, o retorno sobre esse requerimento é muito importante, haja vista que muitos aprovados estão angustiados com as incertezas geradas pelo concurso público em questão.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2023.

BRUNO ABREU
GOMES:06215
011665

Assinado de forma
digital por BRUNO
ABREU
GOMES:06215011665
Dados: 2023.11.09
16:48:07 -03'00'
Vereador Bruno Pedralva


Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

10 / 11 / 2023


Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

3043/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 combinado com o art. 52, inc. VII, A, ambos do Regimento Interno desta Casa, que seja realizada audiência pública no dia 29/11/2023, às 13h30min, no Plenário Camil Caram, com a finalidade de debater a criação de um protocolo a ser adotado pelo Município de Belo Horizonte quando da ocorrência de eventos climáticos extremos, notadamente ondas de calor e precipitações intensas.

O aquecimento global está impulsionando e acentuando eventos climáticos extremos, exemplificado pelas ondas de calor e intensas precipitações que impactam várias cidades brasileiras¹. Em São Paulo, milhares de cidadãos ficaram sem acesso à energia, telefonia e até água por dias após temporais que atingiram o estado no início do mês de novembro de 2023². Já em Manaus, a seca severa que afetou os rios da região, associada às queimadas, implicou a classificação da qualidade do ar como "muito insalubre"³. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Belo Horizonte registrou 38,6°C em 25/09/2023, a maior temperatura máxima registrada na série histórica (desde 1910 até o presente). Em setembro de 2023, o destaque foi a onda de calor que manteve as temperaturas cerca de 5,0°C acima da média⁴. Provavelmente, essas máximas serão superadas

¹ KEWL et al, 2023. Imperial College London. Strong influence of climate change in uncharacteristic early spring heat in South America. Disponível em: <<<https://spiral.imperial.ac.uk/bitstream/10044/1/106753/7/Scientific%20report%20South%20America%20heat%20Sep%202023%20-%20corrected.pdf>>>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

² SP: Após temporal, 1,5 milhão estão sem luz; Enel prevê normalização até 3ª. UOL Notícias. Disponível em:

<<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/04/chuvas-falta-energia-sao-paulo.htm>>>. Acesso em 14 de novembro de 2023.

³ Queimadas: Como Manaus chegou a ser a 3ª pior cidade do mundo em qualidade do ar. A Pública. Disponível

em:<<<https://apublica.org/2023/11/queimada-como-manaus-chegou-a-estar-entre-as-3-piores-cidades-do-mundo-em-qualidade-do-ar/>>>. Acesso em 14 de novembro de 2023.

⁴ Balanço: Belo Horizonte (MG) teve chuva abaixo e temperaturas acima da média em setembro/2023. INMET. Disponível em:<<<https://portal.inmet.gov.br/noticias/balan%C3%A7o-belo-horizonte-mg-teve-chuva-abaixo-e-temperaturas-acima-da-m%C3%A9dia-em-setembro-2023>>>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 14/11/2023

HORA: 17:27

511 6928

WAGNER FERREIRA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pelas temperaturas experimentadas na onda de calor prevista para se estender até o dia 18/11/2023⁵.

Os efeitos das mudanças climáticas têm um impacto significativo na saúde humana, sendo o estresse térmico uma das principais preocupações. Essa preocupação é ainda mais acentuada em cenários futuros, que preveem um aumento substancial nas taxas de morbidade e mortalidade durante períodos de calor intenso. Isso afeta especialmente as populações mais sensíveis que vivem em condições inadequadas.

Os impactos na saúde das trabalhadoras e trabalhadores tornam-se inevitáveis, especialmente em ambientes onde a rotina laboral ocorre a céu aberto ou em espaços fechados com pouca ventilação. Esta situação afeta de maneira particular trabalhadores da construção civil, serviços de reparação de emergência, transporte e entregas, turismo e esportes. No setor público, atividades como varrição e manutenção de vias, serviços funerários, controle de tráfego, atendimento à população em situação de rua, combate a endemias e segurança urbana colocam seus trabalhadores em situações de risco. Representantes dos profissionais da educação têm denunciado condições degradantes também nas escolas municipais: problemas como ventiladores que não funcionam, telhado de plástico gerando alto calor dentro das salas de aula e a exigência do uso de jaleco para os auxiliares de apoio ao educando⁶. A sobrecarga nos serviços de saúde em decorrência do aumento dos problemas relacionados ao calor também é fato inconteste e, consequentemente, o aumento no volume de trabalho dos profissionais da saúde, para além das questões estruturais às quais estão submetidos, muitas vezes precárias e/ou inadequadas.

Diante da materialização das projeções de intensificação e aumento da frequência dos eventos climáticos extremos como as ondas de calor, e o impacto na

⁵ Quando acaba a onda de calor? Saiba até que dia BH e Minas vão ter altas temperaturas. Rádio Itatiaia. Disponível em: <<
<https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2023/11/12/quando-acaba-a-onda-de-calor-saiba-ate-que-dia-bh-e-minas-va-ter-altas-temperaturas>>>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

⁶ ONDA DE CALOR | Escolas municipais vem enfrentando problemas como as altas temperaturas. Sindrede. Disponível em: <<<https://www.instagram.com/p/CzmgUGsQaNw/?igshid=MTC4MmM1Yml2Ng%3D%3D>>>. Acesso em 14 de novembro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

saúde de toda a população, em especial os mais vulneráveis — como idosos, crianças, pessoas com problemas cardíacos, respiratórios ou de circulação, diabéticos e gestantes⁷ —, torna-se essencial debater a implementação de um protocolo pelo Poder Executivo para dar respostas eficazes aos problemas enfrentados pelo município.

Esse protocolo desempenha um papel crucial na minimização dos impactos negativos sobre a saúde pública, infraestrutura e meio ambiente. Em primeiro lugar, fornece diretrizes claras e eficazes para os órgãos e entidades da Administração Pública, organizações de saúde e comunidades, permitindo uma resposta coordenada e rápida diante de condições climáticas extremas.

Além disso, um protocolo bem elaborado pode contribuir para a identificação precoce de situações de risco, permitindo a implementação de medidas preventivas e a proteção de grupos mais vulneráveis.

Ao abordar questões como a disponibilidade de locais de resfriamento, distribuição de água potável, orientações sobre atividades ao ar livre e o monitoramento da qualidade do ar e da temperatura em equipamentos públicos, um plano de ação bem estruturado ajuda a criar uma resposta holística e abrangente. Isso não apenas reduz os impactos imediatos da onda de calor, mas também contribui para a resiliência de Belo Horizonte em face dos desafios crescentes relacionados ao clima. Em última análise, um protocolo eficiente representa uma ferramenta fundamental para a gestão adaptativa e a proteção da sociedade diante das mudanças climáticas e de eventos climáticos extremos.

Cientes de que hoje a responsabilidade pela deliberação sobre ações e intervenções emergenciais a serem realizadas durante o período de chuvas e em situações de desastres é do Grupo de Gestão de Risco e Desastre (GGRD), cuja composição se dá nos termos do Decreto Municipal nº 18.064/2022, convidamos todos os gestores públicos da Prefeitura integrantes do GGRD e outros órgãos públicos municipais e entidades estaduais para contribuir com o debate.

Assim sendo, sugiro que sejam convidados:

⁷ Onda de Calor: Confira as orientações do Ministério da Saúde para se proteger. Disponível em: << <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/onda-de-calor>>>. Acesso em 13 de novembro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- **Prefeito de Belo Horizonte**, sr. Fuad Noman, telefone: (31)3277-4141, e-mail: gabpref@pbh.gov.br;
- **Secretário Municipal de Meio Ambiente**, sr. José Reis Nogueira de Barros, telefone: (31)3246-0590, e-mail: smma@pbh.gov.br;
- **Secretário Municipal de Governo - SMGO**, sr. Castellar Modesto Guimarães Neto, telefone: (31)3277-4001, e-mail: smgo@pbh.gov.br;
- **Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - Smobi**, sr. Leandro César Pereira, telefone: (31)3277-5010, e-mail: gabinete.smobi@pbh.gov.br;
- **Secretário Municipal de Segurança e Prevenção**, sr. Genilson Ribeiro Zeferino, telefone: (31)3277-4414, e-mail: smsp@pbh.gov.br;
- **Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC**, sra. Rosilene Cristina Rocha, telefone: (31)3277-9997, e-mail: smasac@pbh.gov.br;
- **Secretário Municipal de Saúde - SMSA**, sr. Danilo Borges Matias, telefone: (31)3277-6390, e-mail: smsa@pbh.gov.br;
- **Secretária Municipal de Educação - SMED**, sra. Roberta Rodrigues Martins Vieira, telefone (31)3277-8606, e-mail: smed@edu.pbh.gov.br;
- **Secretário Municipal de Política Urbana - SMPU**, sr. João Antônio Fleury Teixeira, telefone (31)3246-0090, e-mail smpu@pbh.gov.br;
- **Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel**, sr. Claudius Vinícius Leite, telefone (31)3277-6421, e-mail: urbel@pbh.gov.br;
- **Superintendente de Desenvolvimento da Capital - Sudecap**, sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, telefone: (31)3277-8001, e-mail: gabinete.sudecap@pbh.gov.br;
- **Superintendente de Limpeza Urbana - SLU**, sr. Sergio Luiz Soares de Souza Costa, telefone: (31)3277-9328, e-mail: gabslu@pbh.gov.br;
- **Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob**, sr. André Soares Dantas, telefone: (31)3299-3506, e-mail: sumob@pbh.gov.br;
- **Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS**, sra. Julia Costa Gallo, telefone: (31)3379-5501, e-mail: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br;
- **Subsecretário Municipal de Proteção e Defesa Civil - SUPDEC**, sr. Waldir Figueiredo Vieira, telefone: (31)3277-8864, e-mail: supdec@pbh.gov.br;
- **Secretário Executivo do Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) e Diretor de Gestão Ambiental na Prefeitura de Belo Horizonte (DGEA)**, sr. Dany Sílvia Souza Leite Amaral, telefone: (31) 3246-0540, e-mail: dgea@pbh.gov.br;
- **Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA**, sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, telefone: (31) 3348 9600, e-mail: presidencia@copasa.com.br;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- **Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG Distribuição S/A, sr. Reynaldo Passanezi Filho, e-mail: presidente@cemig.com.br, telefone: (31) 3506 3711;**
- **Representante do Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em empresas de prestação de serviços em Asseio, Conservação, higienização, conservação, higienização, desinsetização, portaria, vigia e dos cabineiros de Belo Horizonte/BH - SINDEAC, telefone: (31) 2104-5899, e-mail: dsst@sindeac.org.br;**
- **Representante do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de Minas Gerais (Sinarq-MG), e-mail: sinarqmg@gmail.com, telefone: 31 99621-2532;**
- **Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - (SINDIBEL), e-mail: sindibel@sindibel.com.br, telefone: 31 3272-9865;**
- **Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Belo Horizonte (SIND-REDE-BH), e-mail: redebh@gmail.com, telefone: 31 32263142.**

Para o melhor debate acerca do tema, as convidadas e os convidados deverão abordar os seguintes aspectos:

1. Quais são os principais elementos que devem ser considerados sob a perspectiva da atuação de seu órgão/entidade para resposta às ondas de calor?

2. Há particularidade sob a perspectiva da atuação de seu órgão/entidade quanto às ondas de calor quando comparadas às outras condições climáticas extremas?

3. Como abordar questões de saúde relacionadas ao calor, como insolação e desidratação, sob a perspectiva das atribuições exercidas pelos profissionais que atuam no seu órgão/entidade? Há diretrizes e orientações capazes de proteger os trabalhadores e trabalhadoras do funcionalismo público municipal durante episódios de calor extremo, especialmente aqueles que atuam ao ar livre?

4. Quais são as diretrizes para a comunicação eficaz de alertas e informações para a população em geral durante uma onda de calor sob a perspectiva da atuação de seu órgão/entidade?

5. Há considerações ambientais que levam em conta a infraestrutura urbana, como edifícios preparados para enfrentar temperaturas extremas?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6. Existem recomendações específicas para a adaptação de atividades ao ar livre durante ondas de calor sob a perspectiva da atuação de seu órgão/entidade?

7. Quais são as medidas de monitoramento e avaliação integradas para garantir sua eficácia contínua?

8. As concessionárias de água e energia elétrica possuem plano de ação que abarque, em caso de eventos climáticos extremos, reparos e eventual necessidade de reconstrução de trechos da rede para continuidade do serviço ou restabelecimento, em caso de interrupção?

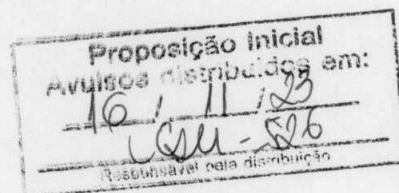
Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.

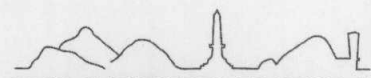
Belo Horizonte, 14 de novembro de 2023.

WAGNER DE JESUS
FERREIRA:0369 9681661
Assinado de forma digital por WAGNER DE JESUS
FERREIRA:03699681661
Dados: 2023.11.14 16:49:44 -03'00'

Vereador Wagner Ferreira
PDT

Excelentíssimo Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública




WAGNER FERREIRA
VEREADOR

Requerimento de Comissão

3059/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com o art. 48, inc. II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Prefeitura de Belo Horizonte, na pessoa do Prefeito Fuad Noman e à Secretária de Política Urbana, na pessoa do Secretário João Antônio Fleury Teixeira, pedido de informação sobre a propriedade do imóvel localizado na Avenida José Cândido da Silveira, 1250 - Cidade Nova, Belo Horizonte - MG, 31035-536.

Tais informações se justificam uma vez que este espaço possui uma localização privilegiada e os moradores da região não conseguiram identificar o proprietário. A avenida José Cândido da Silveira é utilizada pelos moradores do bairro Cidade Nova e da região para a prática esportiva e passeios. O terreno em questão está abandonado há bastante tempo, aumentando a sensação de insegurança na região.

Visando dar uma uma melhor utilidade para o terreno, questiona-se:

1. Quais as coordenadas corretas do lote vago localizado na Avenida José Cândido da Silveira, 1250 - Cidade Nova, Belo Horizonte - MG, 31035-536?
2. Quem é o proprietário do lote vago localizado na Avenida José Cândido da Silveira, 1250 - Cidade Nova, Belo Horizonte - MG, 31035-536?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 20/11/2023
HORA: 14:18
SIL 6971

3. Qual foi o motivo do encerramento das atividades anteriormente realizadas no endereço mencionado?
4. Existe algum projeto da Secretaria de Política Urbana para a desapropriação do terreno e utilização do mesmo com outra função?

Assim, cabendo a essa Casa Legislativa o poder de fiscalização e aprimorar os atos da Administração Pública, as informações requeridas irão possibilitar uma melhoria na qualidade de vida dos moradores da regional Pampulha.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.

MARCELA DE
LACERDA

TROPIA:12393283625

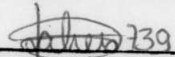
Assinado de forma digital por
MARCELA DE LACERDA
TROPIA:12393283625
Dados: 2023.11.20 11:18:03
-03'00'

**Vereadora Marcela Trópia
NOVO**

Ao Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública

**Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:**

21 / 11 / 23

 **Responsável pela distribuição**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
3068/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 82, § 2º II da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, IV, §2º e 52, II, “c”, do Regimento Interno, seja realizada audiência pública na data do dia **13/12/2023**, às 13:30 no Plenário Camil Caram, a fim de discutir os excessos dos eventos que estão sendo realizados no bairro Belvedere.

Os vários eventos que ocorrem na região têm gerado desconforto para os moradores, tendo em vista a recorrência dos mesmos, o volume de pessoas, veículos e o consequente engarrafamento do trânsito na região. A comunidade, que é conhecida por sua tranquilidade e qualidade de vida, tem sido afetada negativamente pelo aumento constante de festas, shows, competições esportivas e outras atividades que, diante do grande volume e recorrência, perturbam a paz local.

O tumulto e o barulho excessivo provenientes desses eventos têm sido fontes constantes de incômodo para os residentes. Música alta, fogos de artifício e aglomerações de pessoas muitas vezes perduram até altas horas da noite, prejudicando o descanso e o bem-estar dos moradores. Além disso, o aumento significativo do tráfego de veículos devido aos eventos resulta em congestionamentos nas vias do bairro, tornando a locomoção uma tarefa árdua.

O estacionamento caótico é outra consequência desses eventos. A falta de infraestrutura adequada para acomodar os veículos dos participantes leva ao estacionamento em locais proibidos, obstruindo a entrada de residências e causando transtornos adicionais aos moradores. A degradação do espaço público também é um problema, com a infraestrutura urbana sendo danificada devido à realização frequente de eventos de grande porte em áreas de convívio comum.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/11/2023
HORA: 15:12
512 6992

A segurança pública tornou-se uma preocupação crescente, uma vez que a aglomeração de pessoas em eventos desprovidos de estrutura de segurança adequada aumenta o risco de incidentes, prejudicando o sentimento de segurança dos moradores.

Os residentes do bairro Belvedere solicitam encarecidamente que as autoridades competentes tomem medidas para regulamentar e controlar a realização de eventos na área. Isso inclui a imposição de limites quanto ao número de eventos permitidos por mês, horários de encerramento rigorosos para eventos noturnos, controle do volume de música e o reforço da fiscalização para coibir o estacionamento irregular e outros problemas relacionados aos eventos.

A comunidade está disposta a colaborar com as autoridades e com os organizadores dos eventos para encontrarem soluções que respeitem os interesses de todos os envolvidos e preservem a paz e a qualidade de vida que tanto valorizam no bairro Belvedere. A esperança é que medidas apropriadas sejam tomadas para abordar essas preocupações e restaurar a harmonia na comunidade.

Convidamos para a audiência pública as seguintes autoridades e órgãos:

- Sr. João Antônio Fleury Teixeira - Secretário Municipal de Política Urbana - Email: smpu@pbh.gov.br
- Sr. Castellar Modesto Guimarães Neto - Secretário Municipal de Governo - Email: smgo@pbh.gov.br
- Genilson Ribeiro Zeferino - Secretário Municipal de Segurança e Prevenção - Email: smsp@pbh.gov.br
- Júlia Gallo - Presidente da BHTrans - gabinete.bhtrans@pbh.gov.br
- Álvaro Eduardo Goulart - Coordenador da Centro-Sul - Email: care-cs@pbh.gov.br
- Ten Cel Fabiano Rocha dos Santos - Comandante do 124 Cia PMMG - email: srh22cpc@gmail.com, 124ciaadm@gmail.com
- AMBB - Associação dos Moradores do Bairro Belvedere, contactada no telefone (31) 3286-6568 ou no email amobbbh@yahoo.com.br, localizada à Av. Celso Porfírio Machado, 10 - Belvedere, Belo Horizonte, MG, Brasil, representada por:
 - José Eugênio de Avelar Monteiro de Castro - Presidente da AMBB
 - Gerson ziviani - Empresário/Diretor Financeiro da AMBB

- José Magno Senra Fernandes - Diretor de Meio Ambiente e Infraestrutura AMBB
 - Antônio Geraldo Costa - Diretor Secretário de Comunicação e Social AMBB
 - Ricardo Michael Jeha - Conselho Consultivo da AMBB
- Jornal Belvedere, a serem contactados nos telefones 31 3264-0211 | 3286-1181, ou no email redacao@jornalbelvedere.com.br, localizado à Av. Luiz Paulo Franco, 500 - Belvedere, Belo Horizonte - MG, 30320-570.
 - A Associação dos Amigos do Belvedere, contactada no telefone +55 31 3286-7896 ou no email aabb@belvedere.org.br, localizado à Av. Luiz Paulo Franco, 500 - Belvedere, Belo Horizonte - MG, 30320-570, representada por:
 - Presidente - Ubirajara Pires Glória,
 - Vice-Presidente - José Renato Pereira Filho
 - Diretora Secretaria - Hadrianne Aguiar Sander
 - Diretor de Meio Ambiente - Raimundo Sérgio Mateus
 - Diretor de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Gilson Omar Rodrigues Coelho
 - Diretor Jurídico - Olinto D'avila Neto
 - Diretor de Segurança - Nilson Luiz Labruna
 - Diretora Comunicação Social - Daniela Dietze Correa de Barros
 - Diretor de trânsito - Inácio Andrade Filho
 - Jean Pierre Pedroso da Costa - comerciante do Bairro - pierremccoy4@gmail.com
 - Marcos Pena Cheib - Empresário - marcoscheib@yahoo.com.br

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2023.

ROBERTO ELBO
GONCALVES:87
136791634

Autorizado de forma digital
por ROBERTO ELBO
GONCALVES:87136791634
Data: 2023.11.21 15:10:50
-03'00"

Vereador Roberto da Farmácia
Bloco Avante BH

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

21 / 11 / 23

Roberto 739
Responsável pela distribuição



Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 661/23 – 1º Turno

Comissão de Administração Pública

Proponho que o Projeto de Lei nº 661/23, de autoria dos vereadores Ver. Cleiton Xavier; Ver. Gabriel; Ver. Jorge Santos; Ver. Sérgio Fernando Pinho Tavares, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, III, do Regimento Interno, à Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) para que se manifestem acerca da viabilidade e pertinência do projeto para a cidade de Belo Horizonte sob a perspectiva do interesse público, bem como informando se existem impedimentos administrativos, técnicos, financeiros ou legais para a alteração proposta.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2023.

Wagner Ferreira
Vereador Wagner Ferreira - PDT
Relator

CHRM_DIRLEG-21/nov/23-14:44:56-008380-1


WAGNERFERREIRA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº 711/2023

PARECER EM 1º TURNO

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei nº 711/2023 de autoria do Ver.(a) Marilda Portela, que "ALTERA A LEI Nº 8.616/03, QUE CONTÉM O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE".

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara, compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, inciso II, alínea "I", sobre:

- 1) matéria referente ao direito administrativo em geral;

FUNDAMENTAÇÃO

Este projeto de Lei promove alterações no Código de Posturas, focando principalmente nos critérios para a instalação de engenhos de publicidade.

Estas alterações envolvem questões como onde os engenhos podem ser colocados, restrições já existentes para os de tecnologia LED, a altura máxima permitida, requisitos técnicos para empresas responsáveis e o prazo de validade da licença de instalação. Destacam-se detalhes como a definição de áreas permitidas, a distância mínima entre engenhos LED, a relação da altura máxima com a edificação e os requisitos para empresas de instalação de engenhos em LED.

A validade da licença de instalação é de 10 anos, com exceção para engenhos em bancas de jornais e revistas, cuja validade coincide com o Documento Municipal de Licença (DML) correspondente.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 21/11/2023
HORA 15:07



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Importante ressaltar que segundo a autora o projeto visa o aperfeiçoamento da legislação municipal para recepcionar um modelo de comunicação visual mais moderno e adequado ao cotidiano dinâmico, possibilitando a instalação de painéis e LEDs, o que reduziria descarte de resíduos sólidos no ambiente e proporcionar uma comunicação futurística e sustentável.

Conclui-se que as mudanças sugeridas refletem uma abordagem abrangente e atenciosa para regular os engenhos de publicidade, buscando equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação da estética e organização do espaço público.

O projeto em questão não fere qualquer norma ou princípio do direito administrativo em geral, portanto, não há óbices à sua aprovação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei 711/2023.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2023.

**RUBEM RODRIGUES
DE OLIVEIRA
JUNIOR:03150326699**

Assinado de forma digital por
RUBEM RODRIGUES DE
OLIVEIRA JUNIOR:03150326699
Dados: 2023.11.21 14:50:52
-03'00'

**Vereador Rubão
Partido Progressistas**



Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 721/2023

RELATÓRIO

Após receber parecer favorável quanto à sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade pela Comissão de Legislação e Justiça, o projeto foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, que também recomendou sua aprovação. Desta forma, a análise recai sobre esta Comissão de Administração Pública, da qual fui designado relator.

Nessa condição, que passo a fundamentar parecer e voto, nos termos regimentais.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado o Projeto de Lei proposto “**Altera a Lei nº 11.416/22, que "Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida", para estabelecer a medidas que visam assegurar a acessibilidade da pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público**”. Neste interesse, a proposta, a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

bom entendimento da autora, pretende otimizar garantir a acessibilidade aos cidadãos que apresentam uma condição de surdez

Conforme a vereadora Professora Marli,

Este projeto de lei representa um passo importante em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Garantir a acessibilidade em concursos públicos é uma ação fundamental para assegurar que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência auditiva, tenham a oportunidade de contribuir com seu potencial e talento para o serviço público municipal de Belo Horizonte.

Este é um dos principais pontos que alicerça esta proposição. E, dentro da alínea e) *regime jurídico dos servidores públicos*; vislumbro que a o projeto em pauta tão somente aprimora o fazer de cada servidor público no que tange ao aperfeiçoamento de ferramentas para a cidadania de pessoas que apresentam surdez.

Na questão da Administração Pública, o parecer sobre o Projeto de Lei em questão é amplamente favorável. A iniciativa de alterar a Lei nº 11.416/22 para assegurar medidas que garantam a acessibilidade de pessoas surdas ou com deficiência auditiva em concursos públicos é uma ação positiva e necessária que visa a inclusão e a igualdade de oportunidades no acesso a cargos e empregos providos pelo município, é muito bem vindo.

A inclusão do § 3º no art. 112, que garante a comunicação em Libras para o servidor no ambiente de trabalho, representa um avanço significativo na efetivação dos direitos de acessibilidade comunicacional. Além disso, a implementação do art. 115-A, que torna os editais de concursos públicos acessíveis em diferentes formatos, inclusive em Libras, é uma medida que demonstra o compromisso com a inclusão total, desde o acesso à informação até a participação efetiva no processo seletivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

Assim, a iniciativa da Vereadora Professora Marli é louvável, pois está em consonância com os valores de uma sociedade inclusiva e respeitadora das diferenças, contribuindo para a construção de um serviço público mais diversificado e acessível. É recomendável que o projeto seja apoiado e aprovado, visando o benefício coletivo e a promoção da igualdade de direitos.

CONCLUSÃO

Diante das razões expostas recomendo a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 721/2023.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2023.

Vereador Wilsinho da Tabu
Líder do Progressistas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.